

## AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS E QUESTÕES EM DEBATE

Alessandra Matte<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0502-6643>

Ana Paula Schervinski Villwock<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9990-8590>

Armando Fornazier<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6707-9601>

Danielle Wagner Silva<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2735-9537>

Juliano Luiz Fossá<sup>5</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

### EDITORIAL

No meio rural brasileiro contemporâneo vêm ocorrendo mudanças e transformações que transcorrem em um horizonte de imprevisibilidade de suas consequências, especialmente no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Em uma análise geral, se constata no meio rural cenários que expressam o conjunto de crises vivenciadas pela sociedade global, em que se verificam acentuadas e perversas desigualdades sociais no campo, constantes crises econômicas, mudanças climáticas severas, degradação dos recursos naturais, conflitos agrários, entre outros acontecimentos, que foram agravados com a pandemia de COVID-19 no mundo.

Esse contexto, somado ao fato do Brasil apresentar diversidade de biomas, heterogeneidade de atores sociais e de organizações, corrobora para que as condições de Desenvolvimento Rural sejam campo fértil de estudos. As experiências em uma localidade muitas vezes são difíceis de transpor para outra, mas, estudar essas experiências no cenário

---

<sup>1</sup>Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: [alessandramatte@yahoo.com.br](mailto:alessandramatte@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Doutora em Extensão Rural - UFSM. Professora do Departamento de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de Sergipe (DEA-UFS). E-mail: [anavillwock@academico.ufs.br](mailto:anavillwock@academico.ufs.br)

<sup>3</sup>Doutor em Desenvolvimento Econômico - UNICAMP. Professor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (FAV/UnB). E-mail: [armandouenf@yahoo.com.br](mailto:armandouenf@yahoo.com.br)

<sup>4</sup>Doutora em Desenvolvimento Rural- PGDR. Professora do Instituto de Biodiversidade e Florestas da Universidade Federal do Oeste do Pará (IBEF/UFOPA). E-mail: [swagnerdanielle@gmail.com](mailto:swagnerdanielle@gmail.com)

<sup>5</sup>Doutor em Administração (UFSC). Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: [j.fossa@unochapeco.edu.br](mailto:j.fossa@unochapeco.edu.br)



contemporâneo nos permite dialogar com outras realidades verificando avanços e problemas enfrentados que nos auxiliam a discutir e planejar ações estratégicas com base nas questões que surgem no debate.

Por longo tempo, haviam distinções que distanciavam o meio rural do urbano em diferentes aspectos, sendo temas de estudos e reivindicações em políticas públicas e ações destinadas à sua revalorização. Recentemente, de forma mais acentuada, as transformações ocorridas no meio rural vem reduzindo essa distância e oferecendo recursos e condições que o tornam o ambiente com qualidades exclusivas, mostrando assim, que os debates sobre novas funções do rural estão presentes e vêm acompanhados de temas, como relação rural-urbano, mudanças demográficas, formação das identidades sociais e as representações simbólicas sobre o rural. Porém, as mudanças não ocorrem com a mesma frequência em todas as localidades, assim, temos ampla heterogeneidade entre os diferentes atores sociais em vários aspectos, por exemplo, renda, modos de vida, escolaridade, entre outros.

Esse cenário de mudanças foi evidenciado na agenda acadêmica e na agenda política principalmente a partir de análises dos dados do Censo Agropecuário obtidos em suas últimas duas coletas, 2006 e 2017. Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2006; 2019), mesmo com ressalvas às mudanças na forma de coleta, esses dados nos permitem constatar o predomínio das formas familiares de produção, na medida em que a proporção de estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar corresponde a 76,8% e de pessoal ocupado na agropecuária no país de 67%, no último Censo.

Considerando esse aspecto, os dados do Censo Agropecuário de 2006, apontaram a importância da Agricultura Familiar para o abastecimento alimentar interno, ressaltando a função do rural brasileiro como produtor de alimentos. Essas características passaram a ser mobilizadas pelas representações da Agricultura Familiar para dar visibilidade a essa categoria social na agenda pública, fomentando e redirecionando debates sobre Desenvolvimento Rural e a construção de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas pautadas pelos movimentos sociais do campo. Todavia, as conquistas obtidas pela Agricultura Familiar no contexto das políticas públicas durante os anos 2000 foram diretamente impactadas pelas mudanças ocorridas no cenário político-governamental brasileiro a partir de 2016. Tais mudanças têm reconfigurado o rural brasileiro e

redesenhando cenários de ocupação e uso da terra, de construção de mercados, da relação rural-urbano, bem como de mobilização social.

Assim, no atual contexto de mudanças profundas que incidem, por exemplo, no deslocamento de pessoas e no funcionamento dos mercados, atores sociais e suas organizações buscaram se adaptar ao novo cenário, buscando novas maneiras de acessar mercados e o serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER). Apesar dos desafios agravados durante a pandemia de Covid-19, o meio rural e seus habitantes seguem passando por esse período produzindo alimentos e realizando suas atividades, uma vez que o mercado alimentar não parou. Tanto a pandemia como as mudanças políticas, tecnológicas e econômicas influenciam consideravelmente as dinâmicas rurais, demonstrando que as estratégias de resistência e de adaptação são diferentes conforme contextos ambientais, socioculturais e econômicos. Dessa forma, o meio rural reage a tais mudanças de forma distinta, especialmente no que diz respeito à forma de organização do trabalho e da tomada de decisão nos estabelecimentos rurais.

Outras duas importantes mudanças podem ser destacadas: o acesso aos meios de comunicação e a presença feminina. No que concerne a comunicação, os dados mostram melhorias, mas, também, reforçam a existência de um Brasil diverso e desigual, na medida em que apenas 28,2% dos estabelecimentos agropecuários possuem acesso à internet. A relevância desse dado pode ser observada pela ausência dessa pergunta no levantamento de 2006, e pela mudança que antecedeu a entrada da internet: energia elétrica. Em 2006, 1.579.969 mil estabelecimentos não possuíam energia elétrica no estabelecimento, em 2017 esse número caiu para 830.785 mil estabelecimentos, o que ainda é expressivo (IBGE, 2006; 2019). No mesmo sentido, Altawell et al. (2020) avançam nessa discussão a nível global, tratando não apenas a existência de eletrificação rural, como também o crescente uso de energias renováveis por meio da energia solar e da produção da própria agropecuária. Delazeri et al. (2022) evidenciam essa mudança no Nordeste brasileiro em consonância ao debate sobre o cenário de mudanças climáticas.

No caso da direção dos estabelecimentos, o cenário também apresenta mudanças, em 2006, somente 12,7% dos estabelecimentos eram dirigidos por mulheres. Em 2017, essa participação subiu para 18,7%, evidenciando importante mudança sociocultural, ao passo em que há mais mulheres responsáveis por essas atividades. Em estudo em estabelecimentos agropecuários na China, Yuan et al. (2022) demonstram que em



domicílios em que a direção do estabelecimento é realizada por mulheres, o uso de fertilizantes químicos é menor, o que significa a adoção de outras formas de manejos; corroborando com os resultados do estudo de Narváez Chavés, Jacome e Florentino (2022) realizado no Brasil, que evidenciam existir um maior potencial de adoção de inovações sustentáveis em empreendimentos liderados por mulheres. Em estudo sobre a influência de mulheres na tomada de decisão em estabelecimentos no Pasquistão, Saleemi e Kofol (2022) constatam que as mulheres investem mais em educação das crianças e jovens, apontando o papel dessas na redução da desigualdade de gênero. Portanto, tais resultados, mesmo que para cenários distintos da realidade brasileira, dão conta de novas temáticas e pesquisas que podem ser desenvolvidas no Brasil, a fim de verificar tais mudanças.

Essa diversidade no rural brasileiro pode ser constatada nos mais de seiscentos trabalhos apresentados na 59ª edição do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- SOBER em conjunto com o 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo- EBPC realizado em 2021 juntamente com a Universidade de Brasília- UnB e de maneira remota, evidenciam essas mudanças. Por esse motivo, e interessados em reunir estudos que demonstrem novos cenários e temas para debates, essa edição especial buscou receber trabalhos que abordassem aspectos socioeconômicos e político-culturais, de organização da produção e da gestão rural, especialmente que trouxessem luz às mudanças recentes em curso, evidenciadas e postas pela pandemia.

A escolha em realizar essa publicação em parceria com a Revista Grifos, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Qualis B1 na área Interdisciplinar (2013-2016), pelo segundo triênio, visa evidenciar as transformações sociais, econômicas e culturais que afetam sistemas familiares de produção e estratégias de desenvolvimento rural, trazendo cenários contemporâneos e questões para o debate. Os trabalhos recebidos, mesmo apresentados no 59º Congresso SOBER/EBPC, passaram por pelo menos duas avaliações cegas (blind review) e correções foram incorporadas nos textos aprovados. Assim, conectados aos grandes temas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, os textos da Edição Especial abordam temáticas diversas que apontam características e cenários do Brasil Rural contemporâneo.

A temática dos sistemas alimentares é destacada no dossiê por meio de texto que versa sobre o mercado de produtos extrativistas no estado do Maranhão (MA), apontando as



oportunidades de comercialização de produtos da biodiversidade e as relações econômicas entre agroextrativistas, atravessadores e outros atores participantes da atividade. Ainda no que se refere aos mercados, esse texto ressalta a gastronomia como vetor de transformação em dinâmicas alimentares alternativas, onde produtos locais passam a fazer parte de restaurantes da Capital Federal (Brasília), valorizando o uso de ingredientes da sociobiodiversidade do bioma Cerrado e/ou de agricultores familiares locais. Abordando as transições para sistemas alimentares sustentáveis, a partir da pesquisa realizada no Mato Grosso do Sul (MS), outro texto foca o papel das políticas públicas e os desafios de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Considerando transformações nas dinâmicas produtivas, outro artigo discute o papel da formação profissional e capacitação de agricultores/as, assim, um dos estudos analisa em um território do Rio Grande do Norte (RN) o papel de uma organização na oferta de cursos de formação profissional e apoio ao pequeno produtor.

A questão das condições de trabalho se faz presente no debate por meio de um estudo das características das atividades e riscos ergonômicos na agricultura familiar no Rio Grande do Sul, relatando questões como o acesso dos agricultores à tecnologias, entre outros. Um diálogo com a saúde e condições de vida também está presente em outro texto que busca identificar os efeitos das condições de saúde e moradia sobre os rendimentos dos homens e das mulheres que residem no meio rural do Brasil. A questão de gênero está presente em um estudo que analisa a situação socioprodutiva de mulheres rurais pertencentes às categorias agricultura familiar e não familiar em uma localidade no Sul do Brasil com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 e destacam o acesso às terras, as atividades econômicas desenvolvidas, entre outras análises. Os aspectos metodológicos nos estudos sobre o rural são evidenciados em dois textos que discutem características da Agricultura Familiar. Como fonte de dados podemos utilizar em pesquisas dados primários obtidos por meio de pesquisa de campo realizada por entrevistas, por exemplo, ou podemos buscar dados secundários, como a base de dados das estatísticas oficiais (tal como o Censo). Porém, mesmo utilizando dados secundários é importante compreender o método que foi utilizado para sua obtenção. Essa discussão se faz presente em um artigo que analisa mudanças metodológicas e numéricas em estabelecimentos familiares no estado do Paraná e no Brasil discutindo mudanças como a reclassificação de estabelecimentos. Quando não temos dados secundários ou queremos saber de algo mais específico buscamos informações



primárias, tal como a proposta do artigo que tem como objetivo fazer uma caracterização socioeconômica e produtiva da pecuária familiar leiteira no estado do Rio Grande do Sul (RS) mostrando os sistemas produtivos adotados, infraestrutura, motivações, papel das organizações como cooperativas, entre outros.

Nos últimos dois anos a pandemia da Covid-19 tem afetado mudanças na vida das pessoas tanto no campo como nas cidades, assim, essa temática também faz parte da edição por meio de um artigo que buscou compreender a partir da análise das forças, fraquezas e oportunidades e ameaças, a resiliência e a capacidade dos atores para minimizar os impactos da crise da pandemia na agricultura familiar nos estados de São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG).

A diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar também estão presentes no texto que busca fazer uma caracterização da mesma no estado do Paraná (PR) quanto aos aspectos tecnológicos e sociais rurais e para isso os dados secundários do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 são importante base de informações utilizadas para verificar cenários de mudanças em pouco mais de uma década. Algumas vezes falamos da agricultura relacionada às plantas e outras vezes como setor que inclui a produção agrícola e pecuária. Um dos estudos objetiva analisar a eficácia de sistemas de criação na bovinocultura leiteira em relação aos agricultores familiares em uma localidade do Rio Grande do Sul (RS) mostrando aspectos como a contribuição para a renda das famílias, os diferentes sistemas de produção, entre outros.

Atualmente fala-se muito em agricultores familiares, até pelo fato de termos no Brasil uma Lei específica que caracteriza a agricultura familiar (BRASIL, 2006), porém, nas diversas localidades do Brasil há outros termos para designar os agricultores familiares? Um artigo busca refletir sobre o uso das terminologias “camponês” e “agricultores familiares” sob a perspectiva dos produtores rurais, em especial os que participam de políticas públicas de compras governamentais da agricultura familiar em Viçosa-MG, mostrando que muitos se definem como na Lei mesmo tendo condições marcantes do campesinato.

Salienta-se que o rural possui suas representações, assim, em outro estudo se busca analisar os novos sentidos de ritualização do rural contemporâneo em uma localidade do Rio Grande do Sul (RS) mostrando que o rural é mais que um espaço para a produção de alimentos e abrange bens simbólicos como religiosidade e espiritualidade. Em consonância



com essa temática, outro texto analisa os fatores materiais e imateriais na consolidação do Território Pampa Gaúcho (RS) mostrando que além dos aspectos materiais como fauna, flora, rios, solos, clima, etc., há um conjunto de aspectos imateriais como cultura, tradição, valores, crenças, modo de vida entre outros que identificam e caracterizam aquele território.

Outro artigo trata de analisar longitudinalmente as trajetórias de agricultores familiares em uma localidade do Rio Grande do Sul (RS) permitindo identificar a diversidade de caminhos percorridos que variam e conhecer essas trajetórias nos ajuda a entender o futuro das regiões rurais. Nesse mesmo sentido, outro estudo discute o dilema dos jovens graduandos de um município do Rio Grande do Sul (RS) em permanecerem ou saírem do meio rural. Assim, o texto apresenta conclusões acerca do futuro de regiões rurais, apontando a aproximação entre o urbano e o rural e o interesse dos jovens em viver uma ligação entre os dois “mundos”, assim como os fatores que fazem os jovens rurais evadirem para as cidades. Em uma temática parecida com a anterior outro estudo analisa a persistência e migração na agricultura familiar em dois municípios do Rio Grande do Sul (RS), concluindo que pessoas do gênero feminino são as que mais migraram do meio rural, além de outros fatores influenciarem na migração, como a disponibilidade de terras, entre outros.

O meio rural pode sofrer transformações derivadas do uso de tecnologias, como novas formas de energia que, além de gerarem benefícios ambientais, podem diminuir custos na propriedade. Nesse contexto, um dos estudos analisa a evolução fotovoltaica no meio rural do Paraná (PR) e mostra que a energia pela luz solar cresce de forma exponencial e também a importância de estabelecer estratégias para que essa fonte de energia aumente sua representatividade na matriz energética rural. Um outro estudo analisa uma lei de pagamentos por serviços ambientais mostrando aspectos como os benefícios e problemas que podem ocorrer como beneficiar infratores e que a mesma pode não beneficiar, por exemplo, agricultores familiares que não possuem Título de Domínio, como o caso dos recém-assentados. Os mercados de alimentos são dinâmicos e as tecnologias também podem alterar a forma como as pessoas adquirem os seus produtos para a alimentação, especialmente produtos diferenciados como orgânicos. Assim, um artigo discute os canais de distribuição online de alimentos orgânicos na região metropolitana de Porto Alegre- RS, mostrando aspectos relevantes no bom funcionamento desse comércio como o produto fresco, preço justo, presença de cooperativas, entre outros.



Os textos submetidos e aprovados para esse Dossiê apresentam, a partir de diferentes universos empíricos e referenciais teóricos, temáticas recorrentes e emergentes na atualidade sobre debater Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Assim, estão reunidos trabalhos que abordam temas contemporâneos que têm subsidiado debates acerca do rural brasileiro, tais como sistemas alimentares, mulheres rurais, sustentabilidade, serviços ambientais, condições de saúde de trabalhadores rurais e pandemia da Covid-19. Entretanto, também apresenta um conjunto de textos que mostram que continuam atuais pesquisas que versam sobre a diferenciação social no rural a partir da caracterização de sistemas de produção e de categorias sociais rurais, bem como sobre migração e sobre estratégias de reprodução social do campesinato.

Assim, o presente Dossiê apresenta a diversidade do Brasil rural contemporâneo, apontando mudanças associadas ao uso de tecnologias, transformações nas estratégias de reprodução social, migração, resiliência e adaptação em um período de crises agravadas pela pandemia, tanto nos aspectos produtivos e culturais, como nas transformações de mercados por meio do fortalecimento da mercantilização, uma vez que as normas, as regras e os valores sociais que regem as relações entre os atores sociais não desapareceram.

Considerando distinções e similitudes entre os estudos apresentados, o conjunto de textos a seguir reúne expressões da ruralidade brasileira e reafirmam o mundo rural como espaço de vida (WANDERLEY, 2009), o que contribui de forma decisiva e estratégica na operacionalização de ações para o desenvolvimento rural, a fim de fortalecer os meios de vida dos indivíduos e de explicar a tomada de decisão da família, sendo incontestável que os agricultores familiares possuem papel ativo neste processo. Esperamos que façam uma boa leitura e que os artigos apresentados no Dossiê possam ser um estímulo para novas pesquisas que contribuam para compreensão das múltiplas faces da agricultura familiar brasileira e dos diversos cenários de Desenvolvimento Rural, trazendo novas questões e análises.

As/os Editoras/es.

## REFERÊNCIAS

ALTAWELL, N. et al. **Rural Electrification: Optimizing Economics, Planning and Policy in an Era of Climate Change and Energy Transition**. Elsevier, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/C2019-0-04251-3>

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6996> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



DELAZERI, L.M.M. et al. Rural outmigration in Northeast Brazil: Evidence from shared socioeconomic pathways and climate change scenarios. **Journal of Rural Studies**, v. 91, p. 73-85, April 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.03.004>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

NARVÁEZ CHÁVEZ, . D. M. .; JÁCOME, M. G. O.; FLORENTINO, L. A. Good agricultural practices in enterprises led by young people and women from family farming in Minas Gerais. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e44811427537, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27537>.

SALEEMI, S.; KOFOL, C. Women's participation in household decisions and gender equality in children's education: Evidence from rural households in Pakistan. **World Development Perspectives**, v. 25, March 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2022.100395>

WANDERLEY, M.N.B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

YUAN, F. et al. Rural women and chemical fertiliser use in rural China. **Journal of Cleaner Production**, v. 344, April 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.130959>

